

Impasse com Paraguai ameaça caixa de Itaipu



Usina de Itaipu: Eletrobras discute acordo relativo à contratação de energia da hidrelétrica por estatal paraguaia

Rodrigo Polito
Do Rio

Um impasse entre a Eletrobras e a Administración Nacional de Electricidad (Ande), estatal do Paraguai responsável pelos serviços de eletricidade no país vizinho, está afetando o caixa da hidrelétrica binacional de Itaipu e abre um conflito entre as partes às vésperas da negociação para a revisão do "Anexo C" do Tratado de Itaipu, relativo à comercialização de energia da usina, que vence em 2023.

O **Valor** apurou que Eletrobras e Ande não chegaram a um acordo com relação à contratação de energia de Itaipu pelo Paraguai. A questão é de caráter técnico. Na prática, a Eletrobras entende que a Ande deve contratar energia "vinculada" da hidrelétrica, ou seja, a energia que de fato estava prevista para ser produzida pela usina. Já a Ande argumenta que, por contrato, parte da contratação deve ser por energia "acima da vinculada", volume produzido além do previsto e que, por isso, tem custo mais baixo.

Com o impasse, Itaipu Binacional não pode emitir as faturas de energia de janeiro para os dois países. A usina tem faturamento mensal de cerca de US\$ 270 milhões.

O **Valor** apurou que Itaipu tem caixa para suportar o impasse por alguns meses. No entanto, após esse período, a falta de receita pode ser um problema, dado que a usina ainda tem compromissos relativos à dívida de sua construção, que se encerra apenas em 2023.

Segundo o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, o problema se deve a contrato assinado entre Eletrobras e Ande em 2006 e que claramente favorece o Paraguai. De forma geral, cada país contrata anualmente um determinado valor de potência de Itaipu. O excesso de potência da usina — volume que é produzido a mais, por motivos técnicos, como a elevação de cota da usina — pode ser contratado posteriormente, em condições mais baratas. O acordo determinou que a totalidade desse excesso, mais barata, seja contratada exclusivamente pelo Paraguai.

Sales explicou que, na história recente, o Paraguai tem contratado uma potência firme cada vez menor. Com isso, o país se vê na necessidade de consumir o excedente de potência, cujo custo é menor. O efeito prático é que o Paraguai acaba pagando um valor menor pela amortização da dívida de construção da usina. "Esse acordo trata-se de como uma parte pode obter vantagem sobre outra parte", afirmou o especialista, demonstrando indignação com o fato de a estatal brasileira ter assinado esse tipo de acordo no passado.

De acordo com jornais paraguaios, a Ande já havia planejado adquirir um volume 5% maior de energia de Itaipu em 2019, mas até o momento as duas partes não chegaram a um consenso.

Segundo uma fonte com conhecimento do assunto, o governo paraguaio pode estar aguardando a troca no comando da parte brasileira de Itaipu para avançar nas negociações. A direção-geral brasileira da companhia binacional será ocupada pelo ex-ministro da Defesa Joaquim Silva e Luna, indicado pelo ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, com a chancela do presidente Jair Bolsonaro.

Procurada pelo **Valor**, a Eletrobras não se manifestou sobre o assunto. Já a Itaipu Binacional informou que não cabe a ela se posicionar "sobre as tratativas de responsabilidade dos governos federais do Brasil e do Paraguai".

Na última semana, o Ministério de Minas e Energia publicou portaria criando um grupo de trabalho para coordenar os estudos que vão subsidiar a revisão do "Anexo C" do Tratado de Itaipu.

"O Paraguai tem pleiteado, algumas vezes com sucesso, avanços sobre pontos do acordo. Cabe ao governo brasileiro ter altivez, sem ser arrogante, para fazer prevalecer o que está no tratado", completou o presidente do **Acende Brasil**.